

## 11. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Bem-vindo(a) ao website do advogado Fabricius Pinto Assumpção (<https://assumpcao.adv.br/>), doravante denominado “Proprietário”.

1.2. Os presentes Termos e Condições de Uso (“Termos”) visam estabelecer as regras que irão regular a relação entre o Proprietário e os usuários (individualmente referidos como usuário) quando estes últimos visitam o website e página dele relacionada ao mesmo domínio, bem como por meio de contato feito ou diretamente por sistemas eletrônicos de comunicação (e-mail, What’s app, SMS e aqueles vinculados a serviços de redes sociais, como o Direct do Instagram e o Messenger do Facebook), e para procedimentos como:

- a) preenchimento de formulários ou outros campos para cadastro, inscrição em cursos, treinamentos, eventos outros, bem como para envio de sugestão, dúvida, reclamação, elogio e obtenção de informações sobre serviços e outras diversas;
- b) acesso a conteúdos ou serviços disponibilizados no website, sejam abertos ou exclusivos, nesse último caso, mediante identificação válida e senha (*login*) ou outros métodos de autenticação que representem credencial individual;
- c) participação de pesquisa de satisfação e de preferências (opinião);
- d) recebimento de informação sobre anúncio de vaga de trabalho, bem como de serviços advocatícios e de cursos, treinamentos e eventos outros organizados ou participados pelo Proprietário;
- e) acesso a guias, manuais, cartilhas, tutoriais e outros documentos (obras intelectuais), inclusive artigos com conteúdo jurídico e material sobre cursos, treinamentos e eventos outros organizados ou participados pelo Proprietário.

1.3. Desse modo, os presentes Termos representam um contrato, firmado por meio eletrônico, e possui eficácia e validade jurídicas, em conformidade com a legislação em vigor (arts. 422 e 425, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil).

1.4. Ao visitar o website, o que inclui a realização de contato por meio de sistemas eletrônicos de comunicação mencionados no subitem 1.2, o usuário declara ter lido e se compromete com as regras contidas nestes Termos, além do estabelecido pela legislação vigente. Contudo, para visitar o website ou efetuar qualquer comunicação, é preciso que usuário faça uma leitura, previamente, do constante das Políticas de Privacidade e Proteção de Dados e de seu Anexo I (Política de Cookies) elaboradas pelo Proprietário, haja vista a aplicação conjunta desses documentos com os presentes Termos.

1.5. O aceite dos Termos irá implicar no reconhecimento de que o usuário é capaz e responsável por seus atos. Todavia, menores de 18 anos ou aqueles que não possuem plena capacidade civil devem obter o prévio consentimento expresso dos seus representantes legais, sendo responsabilidade exclusiva destes o acesso não autorizado ao website, página relacionada ao mesmo domínio e a sistemas eletrônicos de comunicação.

1.6. Caso seja menor de 18 anos, não possua plena capacidade civil ou não concorde com os presentes Termos, orienta-se que o usuário não realize qualquer dos procedimentos descritos no subitem 1.2. Havendo dúvidas, o usuário ou seu representante legal deve contatar o Proprietário através do seguinte telefone: (22) 99229-0046.

1.7. A probidade e a boa-fé exigidas na relação entre o Proprietário e os usuários do website se dá com a disponibilização de informações adequadas, claras e verídicas a respeito do que couber a ambas as partes. E isso de maneira que, para cada qual, em razão de eventual ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, não haja impossibilidade, exoneração ou atenuação de responsabilidade por ausência de adoção de medidas aptas a proteger aquelas informações de acessos por terceiros não autorizados e de situações acidentais de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

1.8. As informações referenciadas no subitem 1.7, além de também não deverem implicar renúncia ou disposição de direitos, na ocasião de sua utilização para finalidades determinadas, não devem ofender a outros princípios e fundamentos do sistema jurídico a que pertençam bem como, se para tal utilização for estipulado algum ônus, esse não deverá ser excessivo.

1.9. O Proprietário, por intermédio de seu website, oferece conteúdos e serviços seus abertos ou exclusivos a usuários, podendo vir a disponibilizar aqueles providos por terceiros ou participados com estes.

1.10. A visita ao website, bem como a realização dos procedimentos descritos nas letras "a" a "e" do subitem 1.2 nele oferecidos poderá vir a ser momentaneamente (em minutos ou horas) interrompida, limitada ou suspensa devido a modificações, atualizações ou ações semelhantes que sejam necessárias para melhorar seu desempenho. O mesmo pode ocorrer quanto aos sistemas eletrônicos de comunicação mencionados no mesmo subitem 1.2.

1.11. Fica excluída a responsabilidade do Proprietário quando a indisponibilidade ou funcionamento parcial do website, incorreção ou inexatidão de qualquer dos seus elementos se der por culpa exclusiva do usuário ou de terceiro, bem como por ocorrência de caso fortuito ou força maior. A responsabilidade é excluída da mesma forma quando ocorrer indisponibilidade ou funcionamento parcial dos sistemas eletrônicos de comunicação.

1.12. A responsabilidade do Proprietário ainda é excluída quando o usuário, ao tentar acessar pelo website páginas de domínios de terceiros através dos respectivos *links* nele informados, a indisponibilidade ou funcionamento parcial de tais páginas se der por culpa de seus proprietários ou de serviços contratados por eles.

1.13. A culpa exclusiva do usuário, inclusive experimentando dano a respeito, se dá quando ele:

- a) se deixa enganar por técnicas de engenharia social (mensagens falsas com o intuito de promover ações indevidas, contendo ou não arquivos anexos) ou faz interações com programas maliciosos (*malwares*) como vírus, *trojans* ("Cavalos de Troia"), *worms* ("vermes") e outros que acessam informações pessoais no seu terminal ou em de terceiro utilizado, bem como dos dados contidos no respectivo navegador;

- b) a respeito de acessos atribuído ao mesmo a conteúdos ou serviços do *website*, se verifica comportamento ou origens fora do padrão normal humano ou que se utilize qualquer método automatizado ou semiautomatizado;

- c) ao disponibilizar informações para tanto, solicita ou permite que terceiro, em terminal fora do padrão normal, tente acessar conteúdo ou serviços do website, mediante identificação

válida e senha (*login*) ou outros métodos de autenticação que representem credencial individual;

d) utiliza ou reincide na utilização do website em desconformidade com os presentes Termos e com a lei.

1.14. Além das hipóteses anteriormente previstas, a culpa exclusiva de terceiro é configurada quando a indisponibilidade ou funcionamento parcial do website se der:

a) pela má prestação de serviço do provedor de hospedagem ou outros relacionados contratados pelo Proprietário;

b) pela má prestação de serviço do provedor de conexão à internet contratado pelo usuário.

1.15. O *caso fortuito*, decorrente de fato ou ato alheio à vontade do Proprietário e do usuário, é aquele imprevisível e inevitável oriundo de fatos humanos, como a paralisação de serviços que possam atingir o funcionamento do *website*, a exemplo de greve de prestadores ou fornecedores relacionados à conexão de internet, aos do servidor de hospedagem, bem como ataque promovido por *hackers* (invasores) aos referidos serviços. A *força maior*, fato que ocorre independentemente da vontade humana, é derivada de acontecimentos naturais, como ciclone, raio, inundação etc., de maneira a influenciar no funcionamento do website.

## 2. DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

2.1. Além do nome próprio e de domínio devidamente registrados, pertencem ao Proprietário marca, sinais, imagens, áudios, vídeos, bem como são de sua titularidade guias, manuais, cartilhas, tutoriais e outros documentos (obras intelectuais) existentes no website e relacionados a conteúdos, serviços, bem como cursos, treinamentos, eventos outros seus.

2.2. Quanto aos documentos no subitem 2.1 mencionados é atribuída autoria coletiva, embora por iniciativa, organização e responsabilidade do Proprietário, que os publica sob seu nome ou marca, quando são constituídos pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem numa criação autônoma (alínea "h", inciso VIII, art, 5º, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 – Lei de Direitos Autorais).

2.3. Quando os documentos aludidos no subitem 2.1 se derem por criação comum, por dois ou mais autores, pessoas físicas terão eles, na forma da lei, a proteção de seus respectivos direitos, inclusive quando a contribuição possa ser utilizada separadamente, situação em que serão asseguradas todas as faculdades inerentes à criação do que for individual, proibida, porém, a utilização que possa acarretar prejuízo à exploração da parte comum (alínea "a", inciso VIII, art, 5º e §2º, art. 15, ambos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

2.4. A identificação de autoria, não havendo prova em contrário, poderá se dar pela utilização de nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais, de pseudônimo ou qualquer outro sinal convencional do criador (arts. 12, 13 e 15, *caput*, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998). A proteção concedida ao autor poderá aplicar-se às pessoas jurídicas nos casos previstos na lei (parágrafo único, art. 11, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

2.5. Não se considera coautor quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação

por qualquer meio (§1º, art. 15, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

2.6. Os direitos pertencentes ao Proprietário mencionados nos presentes Termos não estão sujeitos a total ou parcial transferência aos usuários do website ou a terceiros. Dessa maneira, o acesso a serviços do website, bem como a possibilidade de conversão em arquivo, de download e armazenamento de conteúdo de página e tudo mais que for relacionado ao Proprietário tal qual informado no subitem 2.1 acima, não confere ao usuário o direito de publicação, transmissão ou emissão, retransmissão, distribuição, comunicação ao público e reprodução não autorizada do respectivo teor.

2.7. O Proprietário, em relação a sua marca, sinais, imagens, áudios, vídeos, ou os diferentes autores participantes na criação das obras e demais documentos informados no subitem 2.1 acima, de acordo com os arts. 102, 103 e 105 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, poderão tomar as seguintes medidas:

- a) requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação eventualmente realiza por usuários do website ou terceiros, sem prejuízo da indenização cabível, em caso de reprodução fraudulenta;
- b) requerer o perdimento dos exemplares apreendidos e o pagamento pelo que foi vendido por quem efetuou edição sem autorização ou, não se conhecendo a quantidade que constitui a edição fraudulenta, pagará o transgressor o valor de três mil exemplares, além dos apreendidos;
- c) requerer a autoridade judicial competente, sem prejuízo da multa diária pelo descumprimento e das demais indenizações cabíveis, independentemente das sanções penais aplicáveis, que transmissão e a retransmissão, por qualquer meio ou processo, e a comunicação ao público realizadas mediante violação aos direitos de seus titulares sejam imediatamente suspensas ou interrompidas.

2.8. Independentemente da perda dos equipamentos utilizados, responderá por perdas e danos, nunca inferiores ao valor que resultaria da aplicação do disposto nas letras "a" e "b" do subitem 2.6 acima o usuário ou terceiro que:

- a) alterar, suprimir, modificar ou inutilizar, de qualquer maneira, dispositivos técnicos introduzidos nos exemplares dos documentos, obras e produções protegidas para evitar ou restringir sua cópia;
- b) alterar, suprimir ou inutilizar, de qualquer maneira, os sinais codificados destinados a restringir a comunicação ao público de documentos, obras, produções ou emissões protegidas ou a evitar a sua cópia;
- c) suprimir ou alterar, sem autorização, qualquer informação sobre a gestão de direitos;
- d) distribuir, importar para distribuição, emitir, comunicar ou puser à disposição do público, sem autorização, documentos, obras e emissões, sabendo que a informação sobre a gestão de direitos, sinais codificados e dispositivos técnicos foram suprimidos ou alterados sem autorização.

### 3. DO ACESSO A CONTEÚDOS E SERVIÇOS EXCLUSIVOS

3.1. Para ter acesso a alguns conteúdos ou serviços específicos oferecidos pelo website e relacionados ao Proprietário poderá ser exigido do usuário um cadastro prévio. Na ocasião do cadastro, o usuário deverá informar por completo e corretamente os dados solicitados, sendo

sua a exclusiva responsabilidade de atualizá-los, bem como seu o comprometimento de que tais dados inseridos são verdadeiros.

3.2. O usuário ainda se compromete a não compartilhar com terceiros os dados que utilizou para seu cadastro prévio no website, e se responsabiliza pelas consequência desse compartilhamento.

3.3. Para poder acessar conteúdos ou serviços exclusivos, após a confirmação cadastral, o usuário possuirá uma identificação válida e senha (*login*) ou outros métodos de autenticação que representem credencial individual.

3.4. Qualquer atividade realizada por meio da identificação do usuário é de sua total responsabilidade e em caso de uso indevido de senha cadastrada de outros métodos que representem sua credencial de acesso, deve o mesmo informar ao Proprietário.

3.5. O cadastro do usuário é intransferível e lhe é proibido vender, ceder, alugar ou emprestar seu acesso.

3.6. O cadastro feito pelo usuário autoriza o Proprietário a enviar-lhe mensagens sobre o funcionamento e atualizações do website ou dos sistemas integrados a ele.

3.7. Todo e qualquer acesso a conteúdos ou serviços do website deve ser feito exclusivamente por pessoas reais, seja de modo gratuito ou pago, sendo proibida a utilização de robôs ou qualquer outro método automatizado ou semiautomatizado. É recomendado também a não utilização de Redes Privadas Virtuais (*Virtual Private Network – VPNs*) para acesso a conteúdos ou serviços do website, sejam anônimas ou de origens não condizentes com atividade humana (a exemplo de centro de processamento de dados – *data centers*).

3.8. Apenas um cadastro é permitido por pessoa natural ou pessoa jurídica. O cadastro de usuário deve obrigatoriamente ser feito, acessado e administrado pela própria pessoa natural, pelo responsável legal da pessoa jurídica ou alguém por ela devidamente autorizado.

3.9. É proibido o cadastro duplo de usuário em que em um ele se identifique como pessoa natural e outro como responsável legal ou autorizado de pessoa jurídica. Ao aceitar estes termos, o usuário autoriza que o Escritório lhe faça contato para certificar tais informações.

3.10. Serão suspensos os cadastros quando, a respeito dos dados utilizados, for verificada duplicidade, incorreção ou desatualização. Serão também suspensos, mas sujeitos, todavia, a cancelamento os cadastros quando, a respeito dos dados utilizados for verificada falsidade, sejam parcial ou totalmente pertencentes a terceiros, bem como quando a respeito de acessos atribuídos ao usuário a conteúdo ou serviços do website, se verifica comportamento ou origens fora do padrão normal humano.

3.11. O usuário, ao inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia constar no formulário de cadastro fornecido pelo website do Proprietário, e com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante comete crime de falsidade ideológica, tipificado no art. 299 do Código Penal, cuja pena é estabelecida entre

um a três ano de reclusão. No mesmo sentido, quando o usuário atribui a si falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem, comete crime tipificado no art. 307 do Código Penal, cuja pena é de detenção, de três meses a um ano, ou multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

3.12. O Proprietário não se responsabiliza pela falsidade de informação prestada por usuário do website. Entretanto, se a utilização de informação falsa causar danos a terceiros, tal fato autoriza o Proprietário tomar as medidas cabíveis na esfera criminal, além do direito de pleitear indenização contra o responsável pelo ilícito.

3.13. O cadastro feito pelo usuário pressupõe o conhecimento sobre as Políticas de Privacidade e Proteção de Dados e de seu Anexo I (Política de Cookies) elaboradas pelo Proprietário e o consentimento expresso para que seus dados pessoais e de navegação sejam colhidos e tratados de acordo com os propósitos legítimos, específicos, explícitos e que lhes foram informados.

3.14. O cadastro pode ser cancelado a qualquer momento pelo usuário mediante manifestação expressa sua, por procedimento gratuito e facilitado. Os tratamentos realizados até a data do cancelamento do cadastro têm amparo no consentimento anteriormente manifestado e enquanto não houver requerimento do usuário da eliminação dos respectivos dados, nos termos do inciso VI, do *caput* do art. 18 da LGPD autorizada sua conservação, porém, para as seguintes finalidades:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Proprietário e eventual co-controlador;
- b) transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD; ou
- c) uso exclusivo do Proprietário e de eventual co-controlador, proibido o acesso a tais dados por terceiro estranho ao tratamento, e desde que anonimizados os dados.

3.15. O cancelamento do cadastro pelo Proprietário poderá se dar juntamente com o término do tratamento dos dados pessoais do usuário, e nas seguintes hipóteses:

- a) verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;
- b) fim do período de tratamento;
- c) comunicação do usuário inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento conforme disposto no § 5º do art. 8º da LGPD, resguardado o interesse público; ou
- d) determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto na LGPD.

3.16. As demais obrigações e penalidades por descumprimento dos presentes Termos ou da lei aplicáveis aos usuários em geral são extensíveis àqueles que acessam a conteúdos ou serviços considerados exclusivos.

## 4. DAS OBRIGAÇÕES AOS USUÁRIOS EM GERAL E DAS PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO

4.1. Os usuários em geral estão obrigados a utilizar as páginas do website e os sistemas integrados a ele respeitando os presentes Termos e a legislação vigente. Assim, os usuários concordam que não poderão:

- a) violar quaisquer direitos relativos à personalidade e à propriedade intelectual do Escritório e de terceiros;
- b) praticar ou permitir que se pratique condutas indevidas contra ou por intermédio de terminal (computador, smartphone e tablet), tipificadas ou não na lei como crimes, tais como a aplicação de engenharia social, transmissão de programas maliciosos (*malwares*) como vírus, *trojans* ("Cavalos de Troia"), *worms* ("vermes") ao enviar ou disseminar mensagem ou arquivo através de qualquer dos procedimentos descritos no subitem 1.2, de modo que possa interferir em funcionalidade básica ou em serviço específico do website causando, ou não dano ao Proprietário ou a terceiros;
- c) através de qualquer dos procedimentos descritos no subitem 1.2, enviar ou disseminar mensagem ou arquivo o qual possua conteúdo ilegal, calunioso, difamatório, injurioso, ameaçador, constrangedor, fraudulento ou obsceno, causando ou não dano ao Proprietário ou a terceiros;
- d) enviar ou disseminar e-mail não solicitado (*spam*) para fins de publicidade e propaganda e que possam ainda conter programa malicioso;
- e) fazer uso de robôs ou qualquer outro método automatizado ou semiautomatizado para visitar o website ou acessar a conteúdos ou serviços nele existentes;
- f) inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia constar no banco de dados do Proprietário, e com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante;
- g) atribuir a si falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem;
- h) deixar de informar com integralidade, veracidade, correção e atualidade os dados enviados para o Proprietário e porventura tratados por ele, quando da comunicação por sistemas eletrônico de comunicação, bem como para a realização dos procedimentos descritos nas letras "a" a "e" do subitem 1.2.

4.2. Sem prejuízo das demais medidas legalmente cabíveis, o Proprietário poderá advertir diretamente, bem como orientar ou determinar ao prestador de serviço de hospedagem do seu website que, em caso de descumprimento de obrigação contratual ou legal, proceda à suspensão temporária da visita ou ao bloqueio definitivo do usuário após a localização do respectivo endereço de protocolo de internet (IP). Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da conduta indevida cometida pelo usuário, eventual reincidência sua e os danos que de tal conduta provierem para o Proprietário ou terceiro.

## 5. DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS JUNTO AO PODER PÚBLICO

5.1. O Proprietário não prepara, organiza ou revisa, nem altera ou promove criação a respeito de original de conteúdo reproduzido como oficial em seu website oriundo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de órgãos integrantes seus e dos autônomos e independentes assim considerados (como Ministério Público e os Tribunais de Contas),

inclusive com atual ou posterior vigência/validade/eficácia suspensa ou extinta, e referente a:

- a) leis ou normas com força de lei (leis ordinárias, leis complementares, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções etc.);
- b) Atos administrativos diversos vigentes (normativos, ordinários, negociais, enunciativos e punitivos) e;
- c) Atos jurisdicionais, quais sejam os praticados por juiz ou juízes em conjunto (despachos, decisões interlocutórias, sentenças, decisões monocráticas, acórdãos etc.)

5.2. A obtenção de informações sobre leis ou normas com força de lei, atos administrativos diversos vigentes e atos jurisdicionais tais como os acima mencionados, bem como notícias a respeito envolve, via de regra, processos automatizados, processos estes que estão sujeitos a erro. Nesse sentido, o Proprietário está sempre apto a corrigir eventuais falhas e, caso o usuário perceba erros em uma informação ou documento disponibilizado, ele poderá reportar o primeiro e pedir sua imediata correção através dos canais de contato.

5.3. Todos os atos processuais são, por lei, públicos, de acordo com a expressa previsão do inciso IX do art. 93, da Constituição da República Federativa do Brasil e essa publicidade decorre também da garantia constitucional do direito à informação, conforme expresso no inciso XIV do art. 5º da mesma Carta.

5.4. O Proprietário, baseado nas premissas constitucionais aludidas no subitem 5.3, bem como no constante do art. 1º da Resolução CNJ nº 121, de 05 de outubro de 2010, não reconhece como válida qualquer espécie de restrição quanto à exibição de dados básicos de processos judiciais, posto que a toda e qualquer pessoa, independentemente de prévio cadastramento ou de demonstração de interesse, é garantido o acesso a esse tipo de informação. Tal publicidade, inclusive, é incentivada pelo inciso IV, art. 8º, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

5.5. Conforme art. 2º, da Resolução CNJ nº 121, de 05 de outubro de 2010, os dados básicos do processo de livre acesso são:

- a) número, classe e assuntos do processo;
- b) nome das partes e de seus advogados;
- c) movimentação processual;
- d) inteiro teor das decisões, sentenças, votos e acórdãos.

5.6. A única exceção para a não publicação, de forma integral, de atos processuais, são os processos que tramitam sob a égide do segredo de justiça, conforme determina, expressamente, o art. 189 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil Brasileiro).

5.7. Caso um processo que esteja correndo em segredo de justiça tenha sido erroneamente publicado pelo Tribunal ou Órgão Oficial competente e replicado no website do Proprietário, sugere-se que seja feito contato para requisitar a remoção / supressão dos nomes mencionados.

5.8. Todos os atos oficiais são, por lei, públicos, de acordo com a expressa previsão do art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil, que elenca como um dos princípios



norteadores da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o princípio da publicidade.

5.9. A publicidade dos atos do Poder Público se dá, via de regra, mediante a publicação de seu conteúdo no respectivo Diário Oficial, de modo que o conhecimento da existência desses atos por intermédio da exibição na mídia comum (internet, televisão, jornais, etc.) não possui valor legal. Assim, a reprodução de tais atos no website não substitui a publicação original no Diário Oficial.

5.10. A informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerá qualquer restrição, salvo casos específicos (art. 220, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil). Igualmente, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (inciso XXXIII, art. 5º, Constituição da República Federativa do Brasil e art. 3º, *caput*, I e inciso III, art. 4º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

## 6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Eventualmente, o website pode vir a oferecer, por intermédio de *link* inserido em página dele a opção de visita a páginas de domínio de terceiros, *link* o qual (ou nome correspondente indicado), ao ser clicado, realizará o respectivo direcionamento. No entanto, o Proprietário declara não ser autorizado e nem participa das decisões referentes ao tratamento de dados pessoais coletados (controlador) na visita ou em acesso a serviços e conteúdos de páginas de terceiros, não é o responsável (operador) por tal tratamento em nome de quem compete decidir, além de que não atua como canal de comunicação entre as partes referenciadas na LGPD (encarregado).

6.2. Em razão do exposto no subitem 6.1, o Proprietário não poderá ser responsabilizado pelo que possa se desvirtuar da legislação, demais normas regulamentares ou das finalidades aqui propostas em decorrência tanto de eventual falha em conteúdos ou serviços, bem como no que tange ao teor de Política de Privacidade e Proteção de Dados, outras políticas ou Termos e Condições de Uso, além de práticas de segurança e governança inadequados relacionados a página gerada a partir de alguma do meu website cujo domínio pertença a terceiros.

6.3. O Proprietário poderá modificar os presentes Termos em conformidade com os requisitos legais ou adaptá-la a novas instruções determinadas por alterações posteriores na legislação ou com a elaboração de diretrizes e a edição de regulamentos e procedimentos pertinentes por parte da ANPD - incisos III e XIII, art. 55-J, LGPD e incisos II e XIII, art. 2º, Anexo I, Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020.

6.4. Quando existam modificações significativas aos presentes Termos, os usuários aqui mencionados serão informados.

7. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO FORO COMPETENTE

7.1. Os presentes Termos são regidos, interpretados e regulados pela legislação brasileira, sendo competente para dirimir quaisquer dúvidas, questões e/ou litígios decorrentes do mesmo o foro da Comarca de Macaé/RJ.

7.2. O usuário consente, expressamente, com a competência do referido foro, e renuncia, neste ato, a de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

O USUÁRIO DECLARA TER LIDO E COMPREENDIDO INTEIRAMENTE AS DISPOSIÇÕES DESTES TERMOS, ACEITANDO TODAS AS SUAS CONDIÇÕES.